

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL**

9,0

**EDUCAÇÃO FÍSICA E A DEFICIÊNCIA FÍSICA: UMA DISCUSSÃO DA
NECESSIDADE DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

Autor: FERNANDO VIEIRA BARBOSA

fernando.edfis@hotmail.com

Orientadora: Profa.Ma. Marina Silveira Lopes

ARIPUANÃ/2012

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL**

**EDUCAÇÃO FÍSICA E A DEFICIÊNCIA FÍSICA GERANDO DISCUSSÃO DA
NECESSIDADE DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

Autor: FERNANDO VIEIRA BARBOSA

Orientadora: Profa.Ma. Marina Silveira Lopes

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista”.

ARIPUANÃ/2012

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA
ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL**

BANCA EXAMINADORA

(nome)

(nome)

ORIENTADORA: PROFA.Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

AGRADECIMENTOS

A DEUS,

Por ter ficado ao nosso lado nos momentos difíceis desta caminhada;

AOS MEUS FAMILIARES,

Pelo apoio dos nossos familiares, nos bons e maus momentos;

AOS PROFESSORES,

Pela paciência, dedicação com que nos conduziram para esta conquista;

AOS COLEGAS,

Pelo convívio, pela amizade de tantos dias em perfeita harmonia.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família e a todos que de alguma forma contribuíram na realização desse trabalho.

EPÍGRAFE

"Posso admitir que o deficiente seja vítima
do destino.
Porém não posso admitir que seja
vítima da indiferença!"

John Kennedy

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar sobre o deficiente físico e as dificuldades de acessibilidade, entendendo que a inclusão é um processo mundial irreversível, tendo no sentido de integração a preparação da pessoa com deficiência física para conviver em sociedade, e no aspecto inclusivo a modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. Neste sentido, entende-se que a acessibilidade deve estar permeada pela possibilidade de condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia dos espaços onde o deficiente físico, pode estar ocupando. A pesquisa teve caráter exploratório, sendo uma pesquisa bibliográfica. Desta forma, as considerações finais permitem uma compreensão melhor acerca do tema proposto, bem como, fortalecer o conhecimento necessário ao atendimento do deficiente físico na escola, sendo muitas vezes uma barreira para que ocorra esta inclusão e a garantia do direito de acessibilidade.

Palavras-chave: deficiente físico, acessibilidade, inclusão, escola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO	10
1.1 Breve Histórico da Inclusão no Brasil	10
1.2 Desafios da inclusão	12
CAPÍTULO II : ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	14
2.1 História da Educação Física no Brasil	16
2.2. Educação Física e inclusão.....	19
2.3 Acessibilidade	24
2.4 Deficiência Física	26
2.5. Adaptações necessárias para a Inclusão do Deficiente Físico nas aulas de Educação Física	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A criança como todo ser humano, é sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. Ela tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

É nas interações estabelecidas desde cedo com as pessoas que são próximas e com o meio que as circunda, que as crianças revelam, seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, jogos e atividades físicas, deve-se explicitar as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Para que as crianças normais ou não, possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas as brincadeiras ou as aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta, como as atividades em Educação Física.

Para um bom desenvolvimento físico e psicológico de um aluno com Deficiência, é necessário um convívio social (inclusão) com crianças sem deficiências, assim tratando-as da mesma forma, apenas com um pouco mais de atenção elas desenvolvem a aprendizagem. A sua evolução se dá a partir da inclusão, vendo e fazendo as mesmas coisas que qualquer criança sem deficiência faz, porém, respeitando seus limites individuais.

A inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular vem avançando em todos os países, inclusive no Brasil. Para uma inclusão bem sucedida desses educandos precisamos conhecê-los, para planejar e organizar um sistema educacional atuante e eficaz para que educadores e educandos possam obter resultados satisfatórios na relação professor – aluno em sala de aula.

Desta forma, deve-se entender que a criança mesmo que especial está em

desenvolvimento e que todos os aspectos a serem desenvolvidos podem contribuir com aprendizagens que se referem ao ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que apresentam ser.

A inclusão é um movimento que vem de um trabalho em prol da educação de todas as crianças em idade escolar para que possam estar juntas. A legislação acerca da inclusão ajuda na superação das antigas rotulações e divisões de turmas, que não garantiam o aprendizado e aceleravam o processo de exclusão. A inclusão deve ser vista como um fenômeno social complexo e que depende essencialmente de discussões, estudos e planejamento. Portanto, a Educação Especial é conceituada como processo de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas com deficiências, abrangendo os vários níveis de ensino, devendo fundamentar-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades dos alunos.

Pesquisar sobre a importância da Educação Física no desenvolvimento global da criança é importante e necessário por ser um espaço de desenvolvimento nos vários aspectos: social, afetivo, físico e cognitivo, entendendo que desde pequeno deve-se promover a capacidade da criança para relacionar-se com parceiros diversos, com outras crianças, ajudando no desenvolvimento dos vários aspectos, através do movimento.

A Educação Física é uma disciplina que possibilita, talvez mais do que as outros espaços onde se pode dar início a mudanças significativas na maneira de implementar o processo de aprendizagem, tendo em vista as diversas situações em que os dados do cotidiano associados à cultura de movimentos podem ser utilizados como objetos para reflexão.

Portanto o presente trabalho tem por objetivo analisar como a Educação Física pode contribuir no desenvolvimento das crianças com deficiência física que estão inclusas.

A pesquisa teve caráter exploratório, sendo uma pesquisa bibliográfica que é uma revisão de literatura especializada, através de consulta de livros, periódicos e artigos científicos disponibilizados na internet e em bibliotecas.

Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram à abordagem da importância da educação física para o deficiente físico e a acessibilidade no ensino

fundamental. Foram excluídos estudos que abordavam a educação física enquanto esporte e outras variáveis.

CAPÍTULO I : INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO

Atualmente convive-se com o movimento chamado Inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Mas existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física na educação infantil, onde a realidade é que muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparados para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças.

Mediante observações da dificuldade da família e da escola em lidar adequadamente com crianças com deficiência física, sentiu-se a necessidade de ampliar os estudos a respeito do tema.

1.1 Breve Histórico da Inclusão no Brasil

A história da inclusão vem sendo tratada e repensada há vários anos, buscando uma visão igualitária entre pessoas portadoras de necessidades especiais e os demais cidadãos. Mas não se busca unicamente que a pessoa portadora de alguma deficiência seja vista com os mesmos direitos, continuando a ser considerada inferior; o que se quer é que essas pessoas sejam consideradas como seres humanos enquanto tais, na plenitude de sua essência, que vivem e desfrutam do mesmo planeta que os demais seres humanos.

Um dos maiores documentos historicamente expedidos, que tratam a todos em pé de igualdade, atribuindo ao indivíduo direitos intransferíveis, independente da classe ou grupo a que pertence, universalmente aceito pelos defensores da democracia, é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Tal documento foi criado na França, no início da Revolução Francesa, em 1789. Nele, já no primeiro artigo é afirmado que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos”.

Três declarações internacionais, formuladas por organismos pertencentes à

ONU (Unesco e Oficina do Alto Comissariado de Direitos Humanos), representam importantes marcos legais para a educação inclusiva. A ONU (Organização das Nações Unidas) foi fundada em 24 de outubro de 1945, por 51 países membros, emergindo de um contexto histórico marcado pelas duas grandes guerras mundiais, trazendo em seu bojo objetivos de paz, de cooperação internacional e de fortalecimento de valores democráticos.

A primeira destas declarações é a Declaração Universal de Direitos Humanos proferida pela ONU, em 1948, que apontava para garantia dos direitos à liberdade, à igualdade e à dignidade para todo ser humano, a despeito da raça, sexo, origem nacional, social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição. Um destes direitos básicos é o direito à educação.

Referenciando a Declaração Universal de Direitos Humanos, especificamente no que concerne ao direito à educação, foi elaborada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Esta declaração foi redigida em 1990, em Jomtien na Tailândia, após conferência mundial que reuniu vários representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento e organizações não governamentais, sob a égide da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Nesta declaração reforça-se a necessidade de reunir esforços na luta pelo acesso às necessidades básicas de aprendizagem de todos os cidadãos, sejam eles, crianças, jovens ou adultos. A questão central é a de promover um investimento nos sistemas educacionais para que seja possível o acesso de todos à educação básica. Esta declaração resultou na elaboração de um plano de ação com o objetivo de proporcionar educação básica para todos. É importante ressaltar que o Brasil estabeleceu metas e compromissos para a universalização do ensino.

Outra declaração fundamental com a qual o Brasil estabeleceu compromisso foi a Declaração de Salamanca, fruto também do trabalho da Unesco com o fim de estabelecer uma diretriz comum para a inserção da criança com necessidades educacionais especiais. Nesta declaração o foco situa-se justamente na população alvo da inclusão escolar, que são as crianças com deficiências. Esta declaração culminou no documento das Nações Unidas – “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual requer que os Estados

assegurem a educação de pessoas com deficiências como parte integrante do sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994 p.1). Este documento foi fundamental para que se iniciasse e se providenciasse os instrumentos de atendimento para crianças com necessidades especiais. Aqui no Brasil esta declaração certamente serviu como fio condutor do que viria a se consolidar como “Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais” e na elaboração de todas as leis relacionadas à educação especial. O Brasil assumiu, portanto, compromisso frente a estas duas declarações internacionais e é nítida a presença destes princípios nas leis brasileiras e nas diretrizes do MEC (Ministério de Educação e Cultura). Outro documento internacional, que engloba a questão da inclusão e proíbe a discriminação em razão de deficiência, é a “Convenção da Guatemala”. Esta convenção interamericana, de 1999, prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, e também foi assinada pelo Brasil.

1.2 Desafios da inclusão

De acordo com Declaração de Salamanca (1994), a sociedade da qual todos fazem parte, da qual são célula integrante, não deve resumir-se a elementos de inclusão ou exclusão, e sim deve ser um espaço de acesso e criação de relações de acolhimento e diversidade humana, onde haja a aceitação das diferenças individuais, representando assim um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento e participação.

A Declaração de Salamanca (1994) consagra um conjunto de princípios, que refletem as novas políticas educativas, consagrando os seguintes princípios:

- a) o direito à educação é independente das diferenças individuais; b) as necessidades educativas especiais não abrangem apenas algumas crianças com problemas, mas todas as que possuem dificuldades escolares; c) a escola é que deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não o contrário; d) o ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

É neste sentido que a escola inclusiva pressupõe um modelo de inclusão e acessibilidade em cada instituição, que pouco tem avançado desde sua promulgação.

A inclusão é um desafio que vem sendo enfrentado pela escola comum, obtendo poucas melhorias da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças (MEC, 2004).

Este mesmo documento chama a atenção para o aprimoramento das práticas inclusivas, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

A transformação da escola não é, segundo Rosa (2004), uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado, mas ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência, sendo ela em qualquer âmbito.

A maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral é a escola que desenvolve projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais) (MIRANDA, 1999).

Neste sentido, Miranda (1999) complementa que as escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas de ensino regular se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também os problemas de acessibilidade e aqueles que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais, conforme citado anteriormente sobre a existência de várias formas de deficiência física, bem como a possibilidade deste tipo de deficiência estar acompanhado da deficiência mental.

CAPÍTULO II : ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Tudo começou quando o homem primitivo sentiu a necessidade de lutar, fugir ou caçar para sobreviver. Assim o homem à luz da ciência executa os seus movimentos corporais mais básicos e naturais desde que se colocou de pé: corre, salta, arremessa, trepa, empurra, puxa e etc. Mas foi a civilização grega deu início a um novo tempo na história da humanidade, descobriu-se o valor humano, a individualidade, começando, efetivamente, a história da Educação Física.

A história da Educação Física começa com os chineses, hindus, egípcios, persas e mesopotâmicos e com os gregos e romanos assume maior precisão em face de um conhecimento melhor das condições de sua civilização. A Idade Média é o período de obscuridade da Educação Física que ressurgiu com o movimento conhecido sob a denominação de Renascença. Os períodos modernos e contemporâneos são os mais ricos em informação e constituem muito razoavelmente o de maior interesse para nosso estudo.

Historicamente a Educação Física nasceu num revelar, tendo como objetivo primordial produzir corpos saudáveis e dóceis, visando a adaptação dos indivíduos ao processo produtivo. Os conhecimentos médico-científico referendavam a necessidade e as vantagens desse controle sobre o corpo.

Durante o século XIX, que a Educação Física experimentou um decisivo impulso no sentido de sua sistematização e institucionalização como uma forma de educação no mundo ocidental, sendo assim caracterizado “o epicentro deste desenvolvimento foi a Europa, onde ocorreram, no continente, os sistemas ginásticos, e na Inglaterra o movimento esportivo, e daí espalhou-se por todo o mundo” (BETTI, 1991, p.33).

O momento histórico era de grandes transformações políticas, econômicas e, por consequência, sociais, tendo assim uma história da elaboração e institucionalização dos Sistemas Ginásticos na Europa e confundindo-se com a própria história da introdução do nacionalismo e militarismo nos países europeus.

Nessa perspectiva, o corpo tem a função de um mero instrumento para se atingir um alto rendimento, independentemente da totalidade do ser humano, pois a ênfase é colocada na disciplina, na submissão, no treino de memória, nas respostas rápidas e precisas ao comando (BETTI, 1991).

No Brasil, no século XIX através da ordem Médica e com a Instituição Militar que a Educação Física se estabeleceu no país. Os médicos, de formação higienista, e os militares concordavam com o projeto de sociedade que o Estado almejava: evitar a ociosidade, preservar a limpeza, conter as doenças infectocontagiosas, cuidar da moral do povo, enfim, promover a higiene, a saúde e a moral dos corpos.

O indivíduo era preparado para defender a pátria e para se adaptar às mudanças advindas da imigração e da migração. Portanto, higienistas e militares, em conformidade com o estado, uniram-se na implementação de um projeto para a Educação Física: eugeniação e higienização foram suas premissas, a Educação Física passou então a ser compreendida como sinônimo de saúde física e mental, como promotora de saúde, como regeneradora da raça, das virtudes e da moral.

Nas décadas de 30 e 40, com a mudança do modelo econômico, de agrário-exportador a urbano-industrial, a concepção de educação foi grandemente influenciada pelo nacionalismo, que visava preparar a juventude para o cumprimento de seus deveres para com a nação.

A Educação Física foi destacada como formadora da consciência patriótica por meio do aperfeiçoamento e adestramento físico, da disciplina, da moral entre outros (MELLO, 2001).

Na década de 70, a tecno-burocracia instalada na área educacional colocou a Educação Física como fornecedora de talentos para o esporte de alto rendimento, visando elevar o nível das representações nacionais. Somente na década de 80 é que a Educação Física passou a ser analisada criticamente por pós-graduando nessa área, divulgando novas ideias com maior embasamento teórico, iniciando um movimento renovador na Educação Física Brasileiro.

Os anos 80 aparecem como o nascimento de concepções e práticas pedagógicas libertadoras, transformadoras, na perspectiva de desenvolver uma Educação Física voltada para o ser humano e não mais às necessidades do capital. As elaborações traziam em seu bojo uma nova proposta de Educação Física,

totalmente diferente de tudo o que havia sido pensado ou experimentado, visto que a Educação Física que se tinha até então só servia para a manutenção do status.

De acordo com Betti (1991), a ausência, até poucos anos atrás, de reflexão teórica e de produção de conhecimento científico na área retardou a caracterização da Educação Física como área do conhecimento. Além disso, colaboraram com a formação de profissionais acríticos que, ainda hoje, compartilham de procedimentos didáticos autoritários, irrefletidos.

Os quais incluem práticas de marchas, filas, de ordem unida, de uso de uniforme e de vozes de comando, além da vinculação com manifestações cívicas.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) houve a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física no ensino básico, composto pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e definiu critérios para o seu ensino, possibilitando o aparecimento de diferentes formas de realizar o ensino de Educação Física, na maioria das vezes, descaracterizando o ensino curricular dessa disciplina, provocando o seu esvaziamento e diminuindo sua importância, como componente da grade curricular em relação às demais disciplinas.

Portanto, a Educação Física escolar precisa repensar a sua função na escola, tendo, como objeto de estudo e de trabalho a intencionalidade do movimento humano.

2.1 História da Educação Física no Brasil

A história da Educação Física no Brasil é muito rica, principalmente por estar intimamente ligada à política educacional adotada por cada governo, criando assim, de acordo com o período político um tipo de educação física. Em seu processo de introdução a Educação Física contou com a contribuição de vários setores diferenciados da sociedade como os colonos, imigrantes, militares, isto em diferentes momentos e partes do país, com o objetivo de proporcionar o lazer, a formação corporal, e a disciplina, utilizando jogos, exercícios físicos, recreações e competições.

Segundo ROMANELLI (1978) *apud* LEANDRO (2002, p. 46)

A organização da educação em determinada sociedade é, antes de tudo, um problema de ordem política. Essa afirmação decorre do fato de que a organização se faz através da legislação, e esta, votada pelo legislativo, ou apenas decretada pelo executivo, dependendo sempre do poder real de quem a vota ou decreta e da representação própria desse poder e emana das camadas sociais existentes.

Outra questão relevante é como o corpo é visto, trabalhado, utilizado pelo governo no sentido de disciplinar ou transformar a sociedade, através da prática diária da atividade física. Segundo afirmação de BRUEL citada por BASTOS (2002, p. 78)

Não é apenas o corpo que entra em ação pelo fenômeno do movimento, é o homem todo que age que se movimenta. A Educação Física não deve prender-se na compreensão restrita do movimento, mas entender o seu significado na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente. Há uma extrema coerência entre o que somos, pensamos, acreditamos ou sentimos, e aquilo que expressamos através de pequenos gestos, atitudes, posturas ou movimentos mais amplos.

Não se pode falar em história sem retroceder ao Descobrimento do Brasil em 1500, mais precisamente em 1549 quando do desembarque da frota de Tomé de Souza, Padre Manoel da Nóbrega e outros jesuítas na baía de Todos os Santos. Os índios brasileiros que habitavam o Brasil no século XVI se entregavam de forma natural à prática de atividades físicas, não com a consciência dos seus benefícios para a saúde ou higiene, mas sim, por mera questão de sobrevivência. Caçavam, pescavam, lutavam, utilizavam arco e flecha, tacape, canoas, nadavam, mergulhavam, corriam e algumas tribos faziam uso dos cavalos, todas estas atividades com muita destreza. Tinham a consciência que na luta pela existência era preciso ser forte para garantir a sobrevivência.

Fazia parte destas atividades também a dança, não só aqui no Brasil com os índios, mas em toda a sociedade primitiva. Era através das danças, parte essencial

da vida dos povos, que estas sociedades cultuavam seus deuses, faziam orações, pedidos e agradeciam por benefícios recebidos.

Com a vinda dos jesuítas e a fundação de seus colégios os índios que estavam sendo catequizados faziam aulas de manhã e tinham a tarde toda para dar vazão aos seus instintos.

Os escravos que conseguiam escapar das senzalas se refugiavam nos Quilombos onde desenvolveram a capoeira sem a utilização da música. Quando eram recapturados ensinavam aos negros que ainda estavam na senzala os golpes aprendidos. Para mascarar-la os escravos inseriram a música, oriunda da África para dar a impressão aos senhores de engenho que estavam praticando uma espécie de dança e não uma luta.

O caminho da Educação Física é definido, seu espaço delineado e seu campo de conhecimento delimitado, ela então se torna um instrumento de ação e de intervenção bastante valioso na realidade educacional e social. A Educação Física surge como um sinônimo da saúde física e mental é eleito à promotora da saúde, regeneradora da raça, das virtudes e da moral. Os médicos higienistas brasileiros contribuíram em muito para a construção de uma nova política econômica e social, já que o Brasil carecia de um “novo homem”.

A primeira manifestação de caráter oficial da Educação Física no Brasil foi anotada em 04 de Junho de 1823. Era uma proposta da Comissão de Instrução Pública apresentada pelo Deputado pela província de Minas Gerais o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira à Assembleia Geral Constituinte. Como a matéria foi considerada urgente, se transformou em Projeto de Lei, recebeu várias emendas, mas não retornou ao plenário. Em 1828, Joaquim Jerônimo Serpa que compreendia por educação a saúde do corpo e a cultura do espírito lança em Pernambuco a primeira obra especializada em educação física publicada no Brasil, com o título de “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos” tinha como base noções de higiene e puericultura. Outras obras escritas e lançadas em Portugal foram enviadas ao Brasil como o “Tratado de Educação Física e Moral” de Luiz Carlos Munis Barreto, “Tratado de Educação Física dos Meninos” de Francisco Melo Franco e “Tratado de Educação Física” de Francisco José de Almeida.

Antes disso algumas publicações sobre Educação Física foram lançadas

em Portugal e trazidas para o Brasil conforme citação de SOEIRO *apud* LEANDRO (2002, p.69)

Tratado de Educação Física e Moral” de Luiz Carlos Muniz Barreto, publicada em 1787; “Tratado de Educação Física dos Meninos” para uso da nação portuguesa, com 12 capítulos, de Francisco Melo Franco, em 1890, “Tratado de Educação Física” de Francisco José de Almeida, em 1891.

Em 1860 foi introduzida no Brasil a Ginástica Alemã na Escola Militar, antiga Academia Real Militar da Corte, segundo citação de MELO (2000, p.56)

[...] influenciada principalmente pelo grande número de migrantes alemães que no Brasil continuavam com seus hábitos gênicos e fundamentalmente da Guarda Imperial, na força militar brasileira que possuía raízes austríacas devido à influência de nossa imperatriz.

Se esta escola pretende ser útil à formação humana em suas múltiplas dimensões, não pode desconsiderar o homem como um ser que se expressa, também, corporalmente.

A aceitação da corporeidade humana implica um olhar atento acerca de que os indivíduos fizeram e fazem com o seu corpo e, a partir desse olhar, a Educação Física poderá aflorar com uma infinidade de gestos e expressões carregados de significados. A partir da compreensão de escola, pode-se, então, incluir a disciplina Educação Física, conceituando-a como uma atividade que tem como objeto o movimento humano, e que, utilizando-se de situações variadas, promovem o desenvolvimento integral do indivíduo, levando-o a experimentar, viver, sentir e provar sua capacidade de movimentar-se e apropriar-se do patrimônio lúdico da humanidade, propiciando sua inserção social e as condições para conhecer e refletir criticamente sobre o mundo que o cerca.

2.2. Educação Física e inclusão

A educação física enfatiza o conhecimento e domínio corporal e busca, através de atividades lúdicas e esportivas, servir como importante elemento de desenvolvimento geral, aumentando o potencial de experimentação corporal de

situações de aprendizagem e de aquisição de conceitos básicos. Desenvolve a autoconfiança, a autoiniciativa e a autoestima, além de atuar como elemento facilitador de um desenvolvimento motor adequado e propiciador de situações de interação social.

A busca de uma escola inclusiva não se limita a política Nacional, mas a um fator Mundial. Processo esse deflagrado com diferentes intervenções políticas sociais, que ora são utilizadas de forma ditatorial, e ora que procuram buscar soluções para delinear algo novo com fundamentação nas bases escolares.

De acordo com Lima (2001), o texto constitucional de 1988, menciona no Art.205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No Art. 206, verificamos princípio eminentemente democrático, cujo sentido é nortear a educação, citando: a igualdade de convicções não só para o acesso, mas também para a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas; a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.

Seguindo uma tendência mundial, um dos verdadeiros objetivos da Educação Física, como ciência, manifesta-se pelo trato humano. No âmbito escolar, apresenta-se, também, como vetor interdisciplinar, permitindo direcionar sua projeção, desde a escolha do foco de estudo, até o ponto de convergência das demais disciplinas a serem vivificadas pelo ser humano.

A convivência com pessoas com necessidades especiais é marcada, em cada época da história, por ações discriminatórias que geram representações preconceituosas. Na antiguidade as crianças eram mortas quando nasciam com má-formação ou doentes. As que sobreviviam eram abandonadas e ficavam a deriva da sorte ou eram utilizadas por pessoas pobres para pedir esmola. Em outros locais eram vistas como "possuídas pelo demônio" e que precisavam ser purificadas. Esse fato mascarava flagelos e humilhações. (SASSAKI, 1997)

O momento histórico em favor da integração da criança com deficiência inicia segundo Bank-Milkkelsen (1980) apud Sasaki (1997) nos países nórdicos quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação.

No Brasil conforme descreve Will (1986) citado por Saint-Laurent (1997), o

movimento inicia-se na década de 80, tendo seu transcorrer histórico até os dias de hoje.

A efetivação ocorre na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, que a seguir desencadeia em Salamanca, na Espanha, em 1994, na Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais, a proposição de promover a Educação para Todos, analisando fundamentalmente, as mudanças de políticas necessárias para favorecer o enfoque de uma educação integradora, sobretudo às com necessidades educacionais especiais.

A Educação Física referendada, em dezembro de 1997, nos Parâmetros Curriculares Nacionais / MEC, como disciplina curricular na grade de ensino das escolas regulares, vem resgatar a proposta da Educação para Todos, principalmente, no que se refere aos alunos que apresentam necessidades especiais, permanentes ou não.

De acordo com MEC (1999), ser portador de alguma deficiência física inata ou adquirida por algum acidente é, sem dúvida, ser merecedor de um tipo específico de atenção, seja no campo pessoal, familiar, ou ainda no campo social.

Deficiente é aquele que tem falta de partes físicas do corpo ou psíquica e normal é o conceito atribuído a quem não tem nenhum problema e/ou alteração física ou psíquica (FERREIRA, 2000).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pessoas portadoras de deficiências (PPD) são aquelas que, por alguma condição motora, sensorial ou mental, veem-se limitadas de viver plenamente. Daí pode-se concluir que o indivíduo apresenta, ao nascer ou durante o decorrer de sua vida, algum distúrbio que lhe acarretará uma limitação.

Nesse contexto, quando a escola trabalha com a prática de esporte, ela pode significar, no imaginário do deficiente, uma forma de evidenciar suas deficiências, retirando-o da convivência com os outros, significando sacrifício e exclusão. Por outro lado, pode também significar melhorias para a sua qualidade de vida, por proporcionar prazer e ser sentida como uma prática que não desconsidera sua deficiência e seus limites, mas sim, evidencia a sua eficiência e possibilidades.

A condição de igualdade social nem sempre está presente no cotidiano do deficiente físico. No âmbito escolar nem todos conseguem uma vaga em uma

instituição com serviço educacional adequado. Seria necessário que o acesso à escola com serviços especializados fosse para todos, em classes adequadas à idade, a fim de prepará-los para uma vida autônoma como membros plenos da sociedade (MEC, 1999).

A Inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 70. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (SASSAKI, 1997).

Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação. (CIDADE; FREITAS, 1997).

Na escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (CARVALHO, 1998, p.170).

A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates. A ideia da escola como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais, que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, o transporte, o acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos e valores, dentre outros, coexistem, formando este lugar extremamente complexo. A discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente.

A Educação Física na escola se constitui uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas, adequadas às suas possibilidades, proporcionando-lhes que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física, quando adaptado ao aluno com

deficiência, possibilita-lhe a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de um melhor desempenho. (CIDADE; FREITAS, 1997).

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional. (CIDADE; FREITAS, 1997).

Para Junior (2009)

A atividade física ajuda qualquer pessoa, não só deficientes físicos, porque é capaz de melhorar a coordenação motora e a autoestima. No caso específico de um deficiente físico, há ainda o importante componente da socialização e da inclusão. O aluno passa a ter a oportunidade de praticar a mesma atividade que os demais, mesmo que dentro das suas limitações. O esporte amplia a capacidade de superação (JUNIOR, 2009, p.47).

As diferenças entre indivíduos são justificadas por meio de uma condição natural da existência de corpos naturalmente melhores e outros piores. Logo a Educação Física escolar se caracteriza pelo caráter de homogeneização, esse caráter aplicado a Educação Física escolar buscava retirar a responsabilidade pedagógico-social do educador (DAÓLIO, 1995).

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro, em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações. Com este pressuposto, sugere-se que a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência seja um processo de ensino-aprendizagem onde tanto o professor como o aluno aprendem e ensinam.

Para Pedrinelli (2002, p.54):

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações [...]

Entretanto, quando fala-se em inclusão e necessidades especiais, no ambiente escolar, deve-se considerar que esta opção é remetida a uma série de abordagens e cada uma delas pode abranger uma população diferente. Portanto, inclusão não pode tratar somente de uma população específica (pessoas em condição de deficiência), colocando novamente de lado a atenção para com os alunos menos habilitados, obesos, entre outros.

Nos últimos anos, em todo o mundo, tem se falado muito no termo “acessibilidade”. Hoje em dia é muito comum se ouvir falar sobre o direito de todas as pessoas, independente de sua condição, à educação e à prática de atividades físicas. Diante desse quadro, muitos mecanismos legais têm sido criados para garantir esses direitos a todos os indivíduos.

2.3 Acessibilidade

Segundo Rosa (2004), um relatório da Rede Internacional de Deficiente e Centro de Habilitação Internacional, divulgou que poucas escolas brasileiras oferecem condições adequadas para a entrada e a circulação de pessoas que utilizam cadeiras de rodas, sanitários adequados, e dependências para movimentações apropriadas. Esses dados indicam que o país ainda tem muito a fazer para cumprir as determinações da Declaração de Salamanca (1994), que entre outros direitos do deficiente, garante a inclusão no ensino regular e na sociedade.

No caso de programas de inclusão em ambas as esferas, eles deveriam ser visto como:

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas as áreas permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual a de outras pessoas (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 1981 *apud* SASSAKI, 2005, p. 20).

Anos depois da assinatura de vários documentos como Programa Mundial de Ação Relativo as pessoas com Deficiência (1983), as Normas de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1994) entre os outros já mencionados neste referencial teórico, as pessoas com deficiência lutam pelos seus direitos, e no caso do Brasil não falta uma legislação para reverter esta situação, pois possuem garantia de ajuda financeira, integração social e assistência educacional, além de fim da discriminação no trabalho e cotas para deficientes nas repartições públicas (ROSA, 2004).

Neste caso, cabe salientar que, apesar da existência de Leis Federais e acordos internacionais nem sempre o poder público municipal cumpre tais regulamentações, inibindo assim, o acesso às pessoas com deficiência física.

Sobre acessibilidade, existe uma lei específica (LEI 10.098/2000) que estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e obstáculos em vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

No caso dos estabelecimentos de ensino, seu art. 25, estabelece que todos os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa e modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização dos ambientes e compartimentos de uso coletivo para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e parques de esporte, laboratórios, área de lazer, e sanitários. Em seu parágrafo único estabelece que nenhuma autorização de funcionamento, abertura ou renovação de curso será concedida pelo poder público sem que o estabelecimento de ensino comprove que está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica e urbanística previstas nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade (BRASIL, 2000).

Desta forma, a lei de acessibilidade 10.098 (BRASIL, 2000, p.01), traz algumas definições de barreiras podendo ser entendido como “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e

- nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

A Lei 10.098, ainda descreve os direitos da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, aquela que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo, através dos seguintes elementos:

- a) elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;
- b) mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;
- c) ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (BRASIL, 2000, p.01).

Infelizmente todas estas condições para que o portador de deficiência física possa ter uma vida melhor e o acesso não só à escola, mas também em prédios públicos e privados, que também se constituem em condições de possibilidade ao acesso do aluno com deficiência física a escola, estão regulamentados na lei, percebe-se que os investimentos são poucos, e também “há pouca informação das famílias, principalmente as mais pobres em relação ao direito dos deficientes a educação e a inclusão na sociedade. Ao preconceito da discriminação somam-se a organização dos sistemas de ensino, a formação de professores e a maior de todas, a sociedade que não acredita no potencial de cada um” (ROSA, 2004, p. 78).

Embora a acessibilidade tenha sido entendida somente como sinônimo de banheiro adaptado e rampas de acesso, é preciso pensar na questão de modo mais amplo, pois a inclusão social de deficientes deve-se não garantir somente o acesso ao espaço público, mas sim ao privado, a profissionalização, ao trabalho, aos recursos eletrônicos, digitais e tecnológicos (SASSAKI, 2005).

2.4 Deficiência Física

Entender a deficiência física torna-se necessário quando se propõe a estabelecer relações sobre esta manifestação que atinge uma camada da população, e que no âmbito da lei diz estar amparada, para que a acessibilidade possa ser aplicada.

Desta forma, com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (MEC, 1998, p.25),

“[...] considera-se deficiência física uma variedade de condições que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de malformações congênicas ou adquiridas”.

No Decreto 5296 (2004) que regulamenta a Lei 10.690 (2003) no seu artigo 5º, inciso I, coloca que:

Pessoa portadora de deficiência, ou que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias de deficiência física, pode ter “alteração completa ou parcial” de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004. p.02).

Rosa (2004) complementa nomeando algumas das categorias de deficiência física acima mencionada

- 1) Monoplegia: paralisia em apenas um membro do corpo.
- 2) Hemiplegia: paralisia total das funções de um dos lados do corpo.
- 3) Paraplegia: paralisia da cintura para baixo, comprometendo as funções das pernas.
- 4) Tetraplegia: paralisia do pescoço para baixo, comprometendo as funções dos braços e das pernas.
- 5) Amputações: quando há falta total ou parcial de um ou mais membros do corpo (ROSA, 2004, 23).

Rosa (2004) continua categorizando as deficiências físicas como:

- a) Deficiência Física Motora: paraplegia, tetraplegia, hemiplegia, amputações, seqüela de pólio (paralisia infantil), deformações congênitas (talidomida), ou genéticas (distrofia muscular).
- b) Deficiência Física Sensorial: deficiente visual (DV) e deficiente auditivo (DA) (ROSA, 2004, 24).

Assim, pode-se perceber que a deficiência física também pode vir acompanhada de deficiência mental, não estando, portanto, limitada apenas a ausência de movimentos, que podem até mesmo impedir a ida a escola, criando a demanda de atendimento pedagógico especializado em casa pelo professor itinerante. No entanto, essas crianças são capazes de frequentar a escola e apresentar um rendimento compatível com as expectativas. Para que isso seja possível, é necessário que as escolas se adaptem para recebê-las e elas precisam.

Ser encorajadas a enfrentar desafios impostos pela limitação física (MITTLER, 2003). Portanto, a escola inclusiva deverá adaptar-se para acolher os alunos com deficiência física. Por isso, diante da lei, há vários materiais que sugerem como tratar os deficientes físicos, tornando verdadeira a acessibilidade (ROSA, 2004).

2.5. Adaptações necessárias para a Inclusão do Deficiente Físico nas aulas de Educação Física

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência(s), altas habilidades (superdotação), condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas.

Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar.

A Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação

através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabe-se que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão.

De acordo com Rosadas (1994), educação física adaptada é:

Uma área do conhecimento em educação física e esportes que tem por objetivo privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades especiais, e desenvolve-se através de atividades psicomotoras, esporte pedagógico, recreação e lazer especial, e técnicas de orientação e locomoção. (ROSADAS 1994, p.99).

Esta área trabalha, ou direciona estudos às pessoas com necessidades educacionais especiais. Estas são chamadas desta forma pelo fato de apresentarem características físicas, psíquicas, de natureza genética, auditivas, visuais e múltiplas diferentes das pessoas ditas normais. São pessoas que fogem do padrão de normalidade imposto pela sociedade.

Ser portador de alguma deficiência física inata ou adquirida por algum acidente é, sem dúvida, ser merecedor de um tipo específico de atenção, seja no campo pessoal, familiar, ou ainda no campo social.

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares.

Nesse contexto, quando a escola trabalha com a prática de esporte, ela pode significar, no imaginário do deficiente, uma forma de evidenciar suas deficiências, retirando-o da convivência com os outros, significando sacrifício e exclusão. Por outro lado, pode também significar melhorias para a sua qualidade de vida, por proporcionar prazer e ser sentida como uma prática que não desconsidera sua deficiência e seus limites, mas sim, evidencia a sua eficiência e possibilidades.

(MEC, 2002).

Conforme Marquezine (1998, p. 98), "as atividades lúdicas e psicomotoras, sendo espontâneas, livre de tensão, trazem sempre o prazer e, conseqüentemente, o aprendizado".

Ainda, destaca-se que enquanto jogos, estes proporcionam "o aprender fazendo" (MARQUEZINE, 1998, p.99). As pessoas com necessidades educacionais especiais se desenvolvem através de sua interação com o ambiente que as rodeia e o nível dessa relação depende do potencial intelectual que possuem.

A condição de igualdade social nem sempre está presente no cotidiano do deficiente físico. No âmbito escolar nem todos conseguem uma vaga em uma instituição com serviço educacional adequado. Seria necessário que o acesso à escola com serviços especializados fosse para todos, em classes adequadas à idade, a fim de prepará-los para uma vida autônoma como membros plenos da sociedade. (MEC, 2002).

Esses mesmos deficientes têm seus direitos garantidos pela legislação. Mas a garantia se esvai, quando perante tantos desafios, que os tolhem e os retalham no exercício de sua cidadania, desanimam e se acomodam a condição de heteronomia.

O preconceito e a discriminação se fazem concretos, pois suspeitamos que, por estarem presentes em toda parte, a sociedade desconhece como tratar essa diferença.

Com a educação física apropriada aos deficientes, poderia-se mostrar à sociedade que todo cidadão, deficiente ou não, é capaz de viver com suas deficiências, praticando alguma atividade física, sem que as pessoas os olhem com compaixão. Mas sim, como capazes de ampliar suas possibilidades nos campos axiológicos, social, político e cultural.

Valores como determinação, cooperação, auto-superação, autoconfiança, socialização, bem como habilidades motoras e cognitivas, podem ser referenciados pela prática da atividade física. Ao trabalhar com o deficiente, precisamos intervir visando uma educação física que os conscientize de suas deficiências, mas que os faça desvelar suas possibilidades e motivá-los na busca de melhorias para a sua qualidade de vida, facilitando suas atividades cotidianas. (MEC, 2002).

Tornar a educação física uma prática emancipatória para os deficientes físicos é um desafio posto aos atuais e futuros profissionais de educação física.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que as pessoas com deficiência sofreram muito ao longo da história com discriminações e rotulações. Não se nega que essa situação, seja pela falta de informação ou por preconceito que deixou de existir. Mas que devido às suas lutas e conquistas, as pessoas com deficiência vêm ocupando cada vez mais os espaços e atividades que outrora não lhes eram permitido, ou seja, qualquer espaço social, inclusive as escolas e o direito de aprender e conviver em sociedade.

A Educação Física muito tem a contribuir para o desenvolvimento de pessoas com deficiência. Não apenas através de atividades físicas, mas também de todo o seu aparato sociológico, que foca suas intenções no sujeito e não na deficiência. A inclusão (escolar, social) é um processo contínuo, o qual nunca estará concluído. Uma sociedade inclusiva não se faz através de adaptações, mas de ações que permitam uma real participação de todos os indivíduos que compõe uma sociedade.

A Educação Física é um componente importante na construção da cidadania, é ela que introduz e integra o aluno nesta área da cultura, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Percebe-se que, mais do que uma consequência biológica, a cultura é fundamental para a "evolução" do ser humano, pois toda ação humana é considerada um ato social que obtém significados diferentes dependendo da sociedade em que ocorre.

Em relação a acessibilidade, percebeu-se que mesmo com uma legislação específica onde regulamenta todas as questões de acessibilidade, não está sendo cumprido, causando assim percas irreparáveis no processo de inclusão social, onde aponta para estas pessoas não só as barreiras da sociedade, como também impedem que estas possam ser inseridas no contexto social e profissional.

As aulas de Educação Física devem superar o ensino, apenas, das modalidades e técnicas esportivas e, principalmente, o ensinar por ensinar. Os professores devem estar atentos aos interesses dos alunos, reconhecendo e respeitando o aporte cultural de cada um, garantindo com isso, o ensino contextualizado das manifestações relativas a cultura de movimento, possibilitando dessa forma, com que os alunos adquiram um senso crítico em relação a como são transmitidas tais atividades.

Portanto, é importante salientar que além das barreiras arquitetônicas o deficiente físico necessita de algumas adaptações que possa tornar a sua convivência melhor.

REFERÊNCIAS

BASTOS A L. **A Concepção de Corpo na Visão do Professor de Educação Física Escolar**. Anais do VIII Congresso de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. Ponta Grossa, PR, 2002.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991 .

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais** (1994). Disponível em <http://www.unesco.org/education/educprog/sne/files_pdfframew_p.pdt>. Acesso em 15/08/2012

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Terceiro e Quarto Ciclo do Ensino Fundamental**. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. **O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular**. 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

CARVALHO, E. R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

DAÓLIO, J. **A ruptura natureza/cultura na educação física**. In: Ademir de Marco (org) *Pensando em educação motora*. Campinas: Papirus, 1995.

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas

que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 25/08/2012.

FERREIRA, A. B. H. **Mini-Aurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4ª ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JUNIOR, R. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**. .Artmed, 2009.

LEANDRO, M. (2002). **Educação Física no Brasil**: Uma História Política. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/3097/1/Educacao-Fisica-No-Brasil-Uma-Historia-Politica/pagina1.html>>. Acesso em 19/08/2012.

LEI Nº. 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, 2000.

LIMA, S. M. T. (2001). **Temas em Educação Física Adaptada** - Educação Física e a Escola Inclusiva. (Universidade Estadual de Maringá), Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/TemasemEducacaoFisicaAdaptada.pdf>>. Acesso em 15/08/2012.

MARQUEZINE, M. C. et al. **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina. Ed. UEL, 1998.

MEC e Proposta da Sociedade Brasileira. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone (Orgs.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

MEC. Integração. **Diversidade na Educação**. Ministério da Educação/Secretária de Educação Especial. Ano 9 nº 21 1999. Revista Integração é uma publicação da Secretaria de Educação Especial do MEC.

MELLO, M. A. **A atividade mediadora nos processos colaborativos de educação continuada de professores**: educação infantil e educação física. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MELO, V. A. **O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. **A Educação especial na formação de profissionais**. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba, v .1, n.2, 1994.

MIRANDA, S. G. **Inclusão em debate**: das políticas públicas ao currículo da escola.

Revista Cadernos de Educação Especial. Santa Maria: Editora UFSM, nº. 13, 1999.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEDRINELLI, V.J, **Possibilidades na diferença**: o processo de inclusão, de todos nós. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Revista Integração. Ano 14, Edição Especial, 2002.

ROSA, S. P. da S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba IESDE, 2004.

ROSADAS, S. C. (1948). **Educação Física e prática pedagógica**: portadores de deficiência mental/ Sidney de Carvalho Rosadas. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.

SAINT-LAURENT, L. **A educação de alunos com necessidades especiais**. In: MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA,1997.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**. Educação Especial. Nº. 01. out./2005.